

A Interpretação Aristotélica do Pensamento Protagoreano em *Metafísica* Γ 4-6

Anderson de Paula Borges¹

In Metaphysics Γ 4-6 Aristotle argues that Protagoras is committed not just to denying the PNC, but also to asserting its contrary. In this paper, I offer an analysis of this commitment. I try to show that Aristotle is working with a specific idea in mind: a Protagoreanism ontologically linked to the flux doctrine, as Plato suggested in Theaetetus 152-160.

I. Platão e Aristóteles sobre Protágoras

O protagoreanismo (M) é mais bem conhecido como a doutrina segundo a qual ‘o homem é a medida de todas as coisas’. Em *Teeteto* 151-183 – texto considerado por muitos intérpretes a principal fonte do pensamento de Protágoras –, Platão elabora uma análise das consequências epistemológicas implicadas na aderência a essa tese. A análise platônica foi seguida de perto pela leitura aristotélica do pensamento de Protágoras, em *Metafísica* Γ 4-6, no contexto da defesa do princípio de não-contradição (PNC)².

¹ Agradeço ao CNPQ e à CAPES, pelos fomentos concedidos nos editais MCTI/CNPQ/Universal 14-2014 e MCTI/CNPQ/MEC/CAPES Nº 22/2014. Sou grato também a Lucas Angioni pelas discussões e sugestões à tradução de alguns trechos do *Teeteto* usados aqui, bem como a Breno Zuppolini, Felipe Weinmann e Gustavo Bianchi, por muitas discussões esclarecedoras. Grato também a Vivianne Moreira, pelo apoio e conversas sobre *Metafísica* Γ.

² Vários comentadores já apontaram a conexão entre *Metafísica* Γ 4-6 (ou Γ 5-6) e o *Teeteto*. Ver Irwin (1988, cap. 9), Gottlieb (1994, p. 184), Kirwan (1993, p. 105), Wedin (2004, p. 235-239), Lee (2005, p. 58), Zillioli (2013, p. 244ss) e McCready-Flora (2015, p. 96ss). Teses atribuídas por Aristóteles aos que sustentam teorias que violam o PNC são encontradas, sobretudo, em três seções do *Teeteto*: 151-160, 169-171 e 179-183. Nestas três passagens Platão desenvolve, respectivamente, as premissas lógicas do pensamento protago-heraclíteano e as objeções segundo as quais devemos rejeitá-las. No geral é evidente a conexão, embora a única referência explícita ao *Teeteto* no texto de Γ esteja em 1010b11-15, no argumento contra a igual validade das opiniões do médico e do cidadão comum. Trata-se de uma referência a *Teeteto* 178c.

Por um lado, se observarmos a estrutura lógica do que Platão está propondo em *Teeteto* 151-183³, notaremos uma vinculação entre o relativismo protagoreano e uma teoria segundo a qual o mundo das coisas é governado por processos de ‘movimento’ (κίνησις). A consequência epistêmica mais evidente dessa proposta é a negação da possibilidade de saber objetivo. O papel da introdução dessa proposição mobilista no relativismo protagoreano é duplo. Antes de mais nada, essa proposição fornece as condições de possibilidade do conhecimento. A sugestão é que, sendo uma hipótese verdadeira⁴, ela permite explicar como se dá o processo de formação de juízos em qualquer tópico, sensível ou não-sensível. Além disso, ela tem a função de justificar a infalibilidade⁵ do conteúdo cognitivo obtido nesse processo⁶. De fato, ela garante que não existe estabilidade objetiva – isto é: determinação ontológica e semântica – nos objetos e propriedades captados pela sensação.

Por outro lado, em *Metafísica* Γ 4-6, Aristóteles discute separadamente as ideias de Protágoras e as doutrinas físicas do fluxo irrestrito e vincula ambas a uma versão forte de negação do PNC⁷. Alguns intérpretes, contudo, acham que não é evidente que, em Γ 4-6, Aristóteles está concebendo o relativismo protagoreano em conexão teórica com o fluxo. Wedin, por exemplo, negou esse ponto⁸. Para ele, a conexão teórica entre relativismo e fluxo é uma doutrina elaborada por Platão no *Teeteto* e vinculada a Protágoras, mas isso teria sido ignorado por Aristóteles em Γ, sobretudo nos capítulos 5-6. Wedin pensa que Aristóteles “displays little interest”⁹ nessa conexão.

Meu objetivo neste trabalho é explorar uma alternativa de leitura para essa questão. Essa alternativa é mencionada por Wedin, ao sugerir que Aristóteles compõe Γ “with an eye in Plato’s *Theaetetus*”¹⁰. Vou propor que, no curso desta observação, Aristóteles estava atento e não deixou de notar que a ‘doutrina secreta’ (*Teeteto* 152-

³ Leio essa seção conforme Burnyeat (1990) e Borges (2012). Para alternativas, ver Cornford (1935), Bostock (1988); Polansky (1992) e Sayre (1969).

⁴ Isto é, se o argumento de *Teeteto* 152-160 for aceito como uma articulação de premissas verdadeiras sobre o conhecimento do mundo.

⁵ Ver *Teeteto* 152c5-6 para a relação entre a propriedade ‘infalível’ [ἀψευδέης] e o conhecimento.

⁶ Voltarei a esse ponto adiante.

⁷ Interpreto a versão forte como Wedin (2003 e 2004): todo item possui e não possui todas as propriedades.

⁸ Wedin, 2004, p. 235-239.

⁹ Wedin, 2004, p. 236

¹⁰ Wedin, 2004, p. 236.

160) fornece a premissa fundamental do relativismo protagoreano. Isso me permitirá sustentar que o comprometimento do sofista com aquela doutrina mobilista – e com sua fonte originária: as ideias sobre sensação e ‘alteração’ [cf. 1009b13: ἀλλοίωσις] no mundo da natureza – é a principal razão de Aristóteles vinculá-lo à negação forte do PNC. Penso que Aristóteles percebeu claramente que a doutrina secreta é como um presente de grego: ela oferece em seu aspecto exterior as condições de possibilidade para o pensamento de Protágoras, mas certos compromissos ontológicos acarretados pela doutrina fazem Protágoras se comprometer com uma série de consequências indesejáveis. A negação do PNC é apenas uma delas, como Aristóteles sugere em Γ 4¹¹.

Aristóteles concebe o pensamento protagoreano por meio de uma complexa convergência entre três linhas de pensamento: (i) a tese de que todas as opiniões são verdadeiras, (ii) a tese de que todas as contradições são o caso e (iii) a fonte das duas: doutrinas de pensadores da natureza sobre a co-presença de contrários nas observações sobre os sensíveis (cf. 1009a23; 1009b1). Aristóteles argumenta que Protágoras e Heráclito violam o PNC devido ao comprometimento de ambos com teses forjadas “a partir de coisas sensíveis” (1009a23: ἐκ τῶν αἰσθητῶν]. Ele sugere duas formas de como isso ocorre: (i) alguns se amparam na proposição fisicalista de que “os contrários se produzem a partir da mesma coisa [1009a24-5: ἐκ ταὐτοῦ γίνομενα τάναντια] e (ii) outros se amparam “na verdade a respeito das aparências” [1009b1: περὶ τὰ φαινόμενα ἀλήθεια].

Alguns comentadores, como Gottlieb (1994), Wedin (2004), Lee (2005)¹² e Keeling (2013), já tinham notado que a estratégia acima indica que Aristóteles constrói seus argumentos a partir das ideias desenvolvidas por Platão em duas seções do *Teeteto*: no chamado ‘argumento da refutação de Protágoras’, em 169e-171C, e na seção mais ampla, em 151-183. Mas essas propostas não exploram detalhadamente o uso que Aristóteles faz dos aspectos ontológicos da doutrina do sofista no argumento sobre a

¹¹ No curso deste trabalho, não vou me deter detalhadamente nos vários argumentos críticos de Aristóteles contra as ideias de Protágoras e Heráclito, dispostos em boa parte de Γ 5-6, pois isso me faria extrapolar os limites da presente proposta. Vou me concentrar na forma como Protágoras é representado por Aristóteles na conexão entre o protagoreanismo e a negação forte do PNC.

¹² Lee sustenta que “Aristotle picks up the debate where Plato’s leaves off (2005, p. 47). A ideia é que Aristóteles explora várias alternativas a partir do ponto em que Platão deixou Protágoras no argumento de 169e-171c. Não vou explorar esse argumento do *Teeteto*, que possui uma vasta literatura. Para uma análise em conexão com a estratégia de Γ 5-6, ver sobretudo Lee (2005, 47-72) e Gottlieb (1994, p. 189-191).

violação do PNC¹³. Por não explorarem essa relação, os comentadores praticamente ignoram que Protágoras não é vinculado à negação forte exclusivamente por ter defendido que todas as opiniões são verdadeiras. Em minha interpretação, argumento a relevância de se observar que Protágoras está comprometido com a negação do PNC já em Γ 4, no contexto em que Aristóteles está propondo a distinção entre predicados essenciais e predicados acidentais e detalhando com quais consequências estão comprometidos os oponentes que não reconhecem essa distinção. Nessa perspectiva, Aristóteles atribui ao pensamento protagoreano as mesmas consequências atribuídas aos adeptos dos discursos que “suprimem a essência e o que era ser” (1007a20-21: ἀναιροῦσιν οὐσίαν καὶ τὸ τί ἦν εἶναι).

Não vou discutir se Aristóteles está ou não justificado historicamente em adotar para Protágoras um relativismo cuja consequência não é apenas a negação do PNC, mas também uma convergência com certos pressupostos teóricos do heracliteanismo. Nessa perspectiva, Aristóteles ignora aquela versão fraca de 1011a17-25 que ele identificou¹⁴. Ao optar pela via forte, Aristóteles segue uma sugestão de Platão. O argumento de 152-160 deixa claro que o relativismo protagoreano não é adequadamente descrito sem o heracliteanismo. Atento, portanto, ao núcleo ontológico da doutrina protagoreana, Aristóteles pôde supor que Protágoras defendeu a tese de que todas as opiniões são verdadeiras *simpliciter*, ou seja, não são verdadeiras apenas para quem as emite.

De outro lado, não penso que tudo o que Aristóteles está dizendo sobre Protágoras em Γ 4-6 seja mera reprodução dos argumentos do *Teeteto*. Pelo contrário. Algumas ideias são desdobramentos que Aristóteles mesmo produziu, como, e principalmente, o detalhamento do vínculo do protagoreanismo com uma versão forte de negação do PNC¹⁵. Aristóteles também elabora críticas ao protagoreanismo por se comprometer com consequências derivadas do colapso entre essência e acidente

¹³ Irwin (1988, p. 189-190) sugere explicitamente que Aristóteles está interpretando o protagoreanismo em Γ em conexão com o fluxo, mas não desenvolve satisfatoriamente essa interpretação.

¹⁴ Ver McCready-Flora (2015) para a construção de uma alternativa de leitura para 1011a17-25, trecho no qual Aristóteles sugere uma versão de relativismo mais aceitável para Protágoras. Este comentador defende que o Protágoras que viola o PNC é o Protágoras do *Teeteto*, não a pessoa histórica. Como a maior parte dos comentadores, ele não menciona o papel de *Teeteto* 151-160 no argumento de Aristóteles.

¹⁵ Isso é visto por Wedin, 2004, p. 237.

(1007b18-1008a7), por sugerir que tudo é relativo (1011a17-25) e por não perceber restrições no infalibilismo da sensação, inclusive da sensação própria¹⁶.

II. *A emergência do conflito com o PNC no Teeteto de Platão*

No *Teeteto*, a formulação sintética da tese de Protágoras é esta: “o homem é a medida de todas as coisas” [152a2-3: “πάντων χρημάτων μέτρον” ἄνθρωπον εἶναι]¹⁷. Daqui em diante vou me referir a essa tese como (M)¹⁸. A primeira abordagem de Platão sobre o sentido da tese a coloca nos limites de um relativismo, de acordo com o qual as informações obtidas na sensação são descrições verídicas dos seres [152c5: αἴσθησις ἄρα τοῦ ὄντος]. Embora pareça se tratar de um relativismo confinado ao domínio sensível – e, portanto, ainda insuficiente para atribuir a Protágoras uma violação do PNC –, o contexto indica que já se trata de uma descrição com pretensão mais ampla, pois a sensação é candidata a *definiens de epistêmê*. Vejamos como essa candidatura é explorada no exemplo do vento, em 152b1-c7. Sócrates supõe que a doutrina sustentaria que o mesmo vento pode ser percebido como frio por um, mas não-frio por outro, e a temperatura pode ainda ser sentida como intensamente fria por alguém, mas levemente fria por outra pessoa. Tendo dito isso, Sócrates coloca algumas questões para que Teeteto responda, da perspectiva do pensamento protagoreano:

(T1) SO. (...) Vamos dizer, nessa ocasião, que o vento em si mesmo é frio ou não é frio? Ou, persuadidos por Protágoras, diremos que é frio para quem sente frio e não é para quem não sente? TE. Parece que vamos. SO. E não é desse modo também que aparece para cada um dos dois? TE. Sim. SO. Mas, agora, ‘aparecer’ neste caso é ter a percepção? TE. Sim, é SO. Assim, aparência e sensação são o mesmo, no caso das coisas quentes e tudo o mais desse tipo. Pois¹⁹,

¹⁶ Para o ponto do infalibilismo da sensação, ver Angioni (2006, p. 80). Ver Lee (2005, p. 133-151) para uma discussão de maior fôlego. Para outros aspectos originais da análise aristotélica de Protágoras, ver Wedin (2004).

¹⁷ Para outras fontes sobre o material de Protágoras, ver Lee (2005, p. 8-29).

¹⁸ Um ponto que pode ter interessado a Aristóteles é a decisão de Platão sobre como interpretar o significado do termo ‘homem’ em (M). Platão assume que o termo tem um sentido restrito: é o homem individual, não a ‘humanidade’ que é medida. A epistemologia sugerida pela tese deve explicar como se dá o processo de conhecimento num dado sujeito, o que não poderia ser feito se a análise se concentrasse na interpretação genérica de homem.

¹⁹ Lendo γὰρ com OCT e com C. Rowe (2015). O aparato crítico sugere que também podemos ler δ’ ἄρ ou γ’ ἄρ’. McDoWell adota γ’ ἄρ’ e toma c2-3 como uma inferência: ‘So, it looks as though things are, for each person, the way he perceives them’ (1973, p. 120). Ao adotarmos γὰρ, optamos por entender que se trata de uma explicação para o antecedente, e não de uma inferência. Nas sentenças anteriores Sócrates conclui que x aparecendo para alguém e x sendo percebido por alguém são intercambiáveis, em todos os casos de percepção de qualidades

como cada um de nós percebe uma coisa é também, provavelmente, como seu ser é para cada um de nós (PLATÃO, *Teeteto*, 152b6-c3, *tradução minha*).

Acima temos um caso de conflito de aparências no domínio de propriedades sensíveis. Alguém poderia sugerir que esse conflito exige uma decisão mediante exame da natureza do vento em si (152b6: ἀτὸ ἐφ' ἑαυτοῦ), mas o texto não atribui a Protágoras uma resposta nessa linha. Sócrates sugere que Protágoras responderia que o vento é *F* para uns e *não-F* para outros, independentemente de seus atributos em si. Assim, não é o caso, ainda, de retirar daí um confronto com o PNC. Segundo Wedin, a passagem revela que Protágoras não viola o PNC, pois sustenta que “a perceives that *w* is *F* and b perceives that *w* is *F*”²⁰, duas alternativas simultaneamente verdadeiras²⁰. Wedin pensa que a estratégia de Platão em *Teeteto* 152-160 é fornecer a Protágoras uma teoria que permita ao sofista sustentar como o mundo deve ser para que juízos contrários, como os citados acima, possam ser verdadeiros de forma consistente.

Não concordo inteiramente com a leitura de Wedin de 152-160. Numa interpretação publicada anteriormente²¹, sugeri que essa seção é uma parte construtiva, destinada a explicitar as condições de possibilidade da epistemologia relativista de Protágoras. Assim, por um lado, é correto supor que Platão a elabora como a melhor hipótese explicativa para validar o pensamento de Protágoras. Mas é preciso notar, contudo, que depois Platão refuta os principais pontos aí defendidos. Por isso, não me parece que Wedin tenha concluído corretamente ao sugerir que, dada a estratégia de *Teeteto* 152-160, não se pode supor que Aristóteles tenha seguido o *Teeteto* ao associar Protágoras com a negação de uma versão forte do PNC. A versão forte é formulada assim por Wedin: “every thing has every property and does not have it”²². Diferentemente de Wedin, penso que Aristóteles encontrou a versão forte já em 152-160 e compôs uma aplicação para ela com algumas ideias de 169-171 e 181-183.

Normalmente, quando os intérpretes examinam o *Teeteto* para identificar as origens da posição atribuída ao sofista por Aristóteles, as atenções se voltam

sensíveis [cf. 152c1-2, ἐν τε θερμοῖς καὶ πᾶσι τοῖς τοιούτοις], e acrescenta: *pois*, como cada um de nós percebe *x*, pode bem ser (ou ‘provavelmente é’: κινδυνεύει εἶναι) como *x* é. A opção δ’ ἄρ’ acentua o que vem depois: ‘na realidade... ‘na verdade...’.

²⁰ Wedin, 2004, p. 237. ‘F’ e ‘F*’ instanciam propriedades contrárias, como quente e frio.

²¹ Ver Borges (2012).

²² Wedin 2004, p. 214.

predominantemente para as duas últimas passagens²³. De fato, em 169-171 Platão desenvolve o argumento da auto-refutação de Protágoras e argumenta que a doutrina encontra dificuldades no domínio doxástico, pois nesse cenário Protágoras precisa lidar com dois problemas: (i) o conflito entre opiniões de primeira ordem; (ii) o valor de verdade de opiniões de segunda ordem (vários sujeitos opinam sobre a proposição (M) e a julgam falsa). Segundo Gottlieb, Aristóteles retira dessa seção o conflito de Protágoras com o PNC na versão doxástica. Quanto à seção 181-3, a conexão também é sugestiva. Platão desenvolve ali o argumento de que o heracliteanismo extremo conduz à indeterminação semântica. É uma seção apropriada para compararmos com a linha desenvolvida por Aristóteles em 1006a11-1007b18²⁴.

Mas, com algumas exceções²⁵, a maioria ignora que Aristóteles pode ter composto um quadro mais complexo de leitura do *Teeteto*, pois outras passagens são igualmente relevantes. No trecho em T1, por exemplo, Aristóteles poderia ter notado um ponto de fundamental importância para sua formulação de (M): Protágoras sugere que sensação, aparência e ser são coextensivas. A ideia é que o conteúdo percebido por cada indivíduo é infalível (cf. 152c5: ἀψευδές) porque há uma convergência de conteúdo cognoscível entre ‘aparência’ (φαντασία), ‘sensação’ (αἴσθησις) e ‘ser’ (εἶναι). Aristóteles poderia ter percebido também, como vários leitores do *Teeteto* notaram, que ainda não está claro por que devemos aceitar essa tese, seja no âmbito das experiências sensíveis, seja em outros domínios. Talvez ele tenha se voltado então à seção na qual Platão sugere que o sofista teria ensinado ‘em segredo’ [ἐν ἀπορρήτῳ] uma proposta que pretende justificar aquela convergência. Trata-se da tese de que o mundo é governado por um fluxo universal. Protágoras defenderia, com Heráclito, que nenhum objeto e nenhuma qualidade são uma unidade em si [152d2-6: ἐν ... αὐτὸ καθ’ αὐτό οὐδέν ἐστιν ... μήτε τινὸς μήτε ὅποιου οὖν]. A proposta é que nenhum item, atributo desse item ou propriedade abstrata podem ser qualificados de forma independente da percepção do objeto como um item de tal e tal tipo e da percepção da qualidade como uma qualidade de tal e tal tipo.

De fato, em vários lugares do *Teeteto* Platão sugere que essa doutrina tem um escopo que ultrapassa o domínio de sensações estritas como a percepção de cores e

²³ Ver sobretudo Gottlieb (1994, 187-191); (Lee, 2005, 57-132).

²⁴ Assim, não apenas a prova estrita do PNC, mas também o que vem depois da prova.

²⁵ As exceções são Gottlieb (1994), Lee (2005) e, em certa medida, Keeling (2013).

outras instâncias de propriedades sensíveis. A partir de 152d2 Sócrates interpreta o λόγος de Protágoras por meio de um conjunto de sentenças que combinam o escopo universal do fluxo (152d2-3, 152d7, 152e1, 156c8, 180d7, 181d9, 181e7, 182a1-2, 182e5-6, 183a3) com instâncias de aplicação em vários tipos de objetos e temas, como a percepção de medidas, pesos, temperatura, processos naturais de movimento e fricção, nascimento de seres vivos, processos fisiológicos do corpo, processos psíquicos de aprendizado, fenômenos meteorológicos e a estrutura dinâmica do universo (152d-153d). Esse leque de fenômenos comprova, conforme a teoria, a presença efetiva e benéfica de ‘formas de movimento’ [κίνησεις] e de gerações [γενέσεις]. Sócrates então se detém em dois casos paradigmáticos da doutrina: o mobilismo concreto da percepção de cores (153d-154b) e o mobilismo sob a forma da mudança relacional (153b-155c). Por fim, na seção que encerra a exposição (155e-160e), Sócrates retoma as instâncias paradigmáticas e explora o mecanismo da sensação de forma mais detalhada, citando objetos perceptíveis, formas de sensação (visões, olfações, temores, prazeres). Um detalhe notável aí é a sugestão de que o fluxo também afeta o conhecimento e a descrição de noções como ‘ser humano’, ‘pedra’, ‘ser vivo’ (157b9c1: ἄνθρωπος, λίθος, ζῷον), ‘bom’ e ‘belo’ (157d8: ἀγαθόν, καλόν). No escopo da doutrina, estas noções, e todos os itens citados anteriormente, não podem ser conhecidas e descritas objetivamente por meio do verbo ‘ser’ (εἶναι), pois estão em constante processo de geração (γίγνεσθαι ἀεί):

(T2) O ponto de partida do qual depende tudo o que falamos é que a totalidade das coisas era movimento e nada mais existia contrário ao movimento. Há duas formas de movimento (...): uma de agir e a outra de ser modificada. Da interação entre estas duas formas e da fricção mútua nascem descendentes [ἔκγονα] em número ilimitado, mas em pares de gêmeos [δίδυμα δέ]: de um lado, o sensível, de outro a sensação, que sempre pipoca com o sensível e é engendrada com ele (PLATÃO, *Teeteto*, 156a2-c3, *tradução minha*).

A expressão ‘pares de gêmeos’ é uma metáfora para a proposta de que a ocorrência simultânea de um sensível (cor) e de sua sensação é a única possibilidade da existência de uma propriedade sensível como ‘branco’. A teoria propõe que fora dessa relação biunívoca, isto é, fora da relação atual de coparticipação exclusiva – e não repetível em iguais condições – entre um sensível no polo ativo e uma habilidade sensitiva no polo passivo, nenhum dos itens citados acima pode ser concebido como objeto com significação objetiva no plano intersubjetivo. Assim, essa passagem, bem como várias outras que estão no contexto de 152-160 e que compõem o quadro

completo da teoria²⁶, indica como Protágoras se vale da doutrina mobilista para precisar a articulação teórica de seu relativismo.

Desse modo, o conflito com o PNC pode ter sido elaborado a partir dessa doutrina. Como indicamos acima, a descrição do relativismo protagoreano, em 152b-c, sugere que Protágoras poderia ter adotado a alternativa de não se pronunciar sobre o status em si de itens do mundo como o vento, conforme a estratégia de relativizar os predicados sensíveis (para uns, para outros) na solução do conflito das aparências. Nesse aspecto, Protágoras de fato não viola o PNC. Se a doutrina protagoreana se limitasse a essa versão enxuta, portanto, seria difícil para Aristóteles compor o quadro de Γ 4-6 sem ser acusado de grosseira manipulação. Contudo, Aristóteles está justificado na perspectiva ampla dada por Platão. Essa perspectiva passa em revista uma série de objetos e temas e culmina na afirmação de que até mesmo noções abstratas como ‘homem’²⁷ devem ser interpretadas sob a tese de que não há nada que seja uma unidade em si, pois tudo está sob efeito de um processo constante de geração.

Mas ainda temos que afastar uma objeção de Wedin e outros: a doutrina secreta levaria ainda mais longe a inocência de Protágoras na acusação de violação do PNC. Aqui eu penso que Aristóteles é tão instrutivo quanto Platão. Aristóteles conecta Protágoras a uma visão da realidade similar à doutrina que “muitos dos pensadores da natureza” [πολλοί ... τῶν περὶ φύσεως, 1006a3]²⁸ sustentam. Essa visão sugere que, no nível doxástico, o PNC não é o caso, pois as opiniões refletem a própria constituição das coisas sensíveis: algo é F para uns e $\text{não-}F$ para outros. Assim, se, por um lado, em *Teeteto* 152-160 Platão se atém dialeticamente à descrição positiva das condições de possibilidade do relativismo protagoreano, partindo para o ataque somente em 160-183, Aristóteles, por outro, pode ter interpretado Protágoras tendo em vista toda a seção 151-183. Um aspecto claramente notado por Aristóteles é que a doutrina da igual validade de juízos contrários sobre o mesmo item não está restrita à co-presença de atributos sensíveis na φύσις, mas é uma proposição com pretensão de verdade universal. Assim, segundo Aristóteles, segue-se daí que Protágoras está comprometido, queira ou não, com uma consequência muito mais paradoxal do que a co-presença de opostos no plano

²⁶ Não vamos comentar estas passagens aqui. Ver Borges (2012).

²⁷ Notemos como o termo ‘homem’ é relevante aqui: está na fórmula de (M) e é o exemplo usado por Aristóteles para argumentar com o oponente imaginário em Γ 4.

²⁸ Uma lista de tais pensadores é antecipada por Platão em *Teeteto* 152d-e, com ênfase em Heráclito.

sensível. Do ponto de vista ontológico, Protágoras se compromete com uma forma extrema de negação do PNC: tudo será simultaneamente *F* e *não-F* e terá todas as propriedades possíveis.

Platão e Aristóteles, portanto, não estão interessados apenas na visão de Protágoras sobre o conflito entre opiniões que, de resto, é trivial e não seria suficiente, como vários comentadores observaram, para dar à doutrina protagoreana o status de tese cujas premissas implicam a negação do PNC. Platão e Aristóteles estão sobretudo interessados nas consequências paradoxais do compromisso ontológico de Protágoras sob a versão forte de sua doutrina. Esta leitura pode explicar ainda outro detalhe que intriga os leitores. Platão e Aristóteles mostram-se conscientes – cf. *Metafísica* 1011a15ss e *Teeteto* 152-160 – de que o relativismo protagoreano tem uma saída para escapar do conflito com o PNC: bastaria qualificar os juízos num quadro de referência relativo a esquemas conceituais e contextos de aplicação. A sugestão da presente interpretação é que ambos acham que essa alternativa é enfraquecida quando o pensamento protagoreano assume as consequências universais da ontologia heracliteana.

A seguir, comento como Aristóteles conecta Protágoras à negação do PNC.

III. *Protágoras e a negação do PNC em Metafísica Γ 4-6*

Aristóteles não comenta Protágoras de forma isolada em *Metafísica* Γ 4-6. Seu interesse no sofista está no fato de se tratar de um dos proponentes da tese de que é possível dizer com verdade, simultaneamente e no mesmo aspecto, que algo é *F* e *não F*. Aristóteles empreende um exame crítico desse traço do pensamento de Protágoras após ter argumentado, em Γ 3 e parte de Γ 4, contra a possibilidade sugerida por Protágoras. Estas seções argumentam que temos boas razões para admitir como universal um princípio cuja aceitação implica a impossibilidade de se defender que um mesmo item possa possuir e não possuir o mesmo atributo, simultaneamente e sob o mesmo aspecto.

Aristóteles exprime diferentes versões desse princípio e não é evidente qual delas tem prioridade sobre as demais²⁹. Além da versão ontológica (1005b19-20), há a

²⁹ Keeling (2013, p. 78) sugere que Aristóteles, como Platão em *Teeteto* 170-1, se move entre a versão ontológica e a semântica sem preocupar-se em distingui-las.

doxástica (1005b23-24 e 1005b29-30) e a semântica (1011b13-20). Segundo Wedin³⁰, o objeto de defesa da seção 1006a28-1006b34 (ou de 1006a28-1007b18), onde se dá a argumentação elêntica, é a versão ontológica³¹. Vou adotar essa opção, mas não é estritamente necessário seguir essa linha. Como argumentei acima, o Protágoras do *Teeteto* defende um relativismo simultaneamente epistêmico e ontológico. Assim, se supormos que este Protágoras é o mesmo examinado por Aristóteles, seja qual for a versão que Aristóteles tem em mente na prova, ele oporá Protágoras a essa versão e não apenas à versão doxástica³².

A defesa do PNC se dá numa seção chamada pelos intérpretes de ‘argumentação elêntica ou refutativa’. Segundo Aristóteles, não é possível ‘provar’ o PNC, pois uma prova exigiria demonstração. Como demonstrações articulam premissas que causam a conclusão, se o PNC estiver na conclusão de uma demonstração, teremos o resultado indesejável de identificar uma causa anterior para um princípio cuja função é ser uma verdade requerida por qualquer conhecimento ou investigação. Aristóteles fornece, então, um tipo diferente de prova. Ele supõe um cenário de conversação com um oponente que se presta a responder questões como “é verdade que isto é homem ou não?”³³. No curso dessa seção, Aristóteles mostra ao oponente que ele não tem saída senão aceitar o PNC, se não quiser violar as condições mínimas de significação. A literatura especializada está convencida de que a proposta de defender o PNC nos limites semânticos do sentido de σημαίνειν τι e do contraste entre σημαίνειν ἔν e σημαίνειν καθ’ ἐνός (cf. 1006a18-21, 1006a29-30)³⁴ é importantíssima no desenrolar do argumento. Como nosso foco são os argumentos de Aristóteles contra os oponentes do

³⁰ Wedin, 2003, p. 109.

³¹ Ver também Politis (2004).

³² Para uma perspectiva neutra sobre qual versão está em jogo na prova do PNC, ver Code, 1986, p. 344, n. 18. Zingano (2008) fornece uma análise da seção elêntica com o objetivo de mostrar que nenhum argumento essencialista é usado durante a prova. Ele recorta o argumento da prova em 1006a11-b34. A consequência é que os argumentos de 1006b34-1007a20 e 1007a20-b18 não fazem parte, para Zingano, da prova formal do princípio. Para uma alternativa de conexão argumentativa entre essas três seções, ver Angioni (1999 e 2006) e Politis (2004). Para outras opções de divisão, ver Wedin (2003) e Moreira (2015). Ver também Lukasiewicz (1910, em: Zingano, 2005); Kirwan (1993); A discussão sobre o tema da significação na prova elêntica tem importantes contribuições brasileiras em Angioni (1999 e 2006), Zingano (2003 e 2008), Zillig (2007) e Moreira (2015). Politis (2004) oferece uma defesa consistente da alternativa de que o PNC é fundamentalmente um princípio metafísico, isto é, um princípio sobre as coisas e suas propriedades.

³³ Cf. Angioni, 1999, p. 124.

³⁴ Cf. Zingano, 2008, p. 46.

PNC discutidos depois dessa seção de prova, a discussão sobre o que está em jogo naquelas noções não vai nos ocupar³⁵. Alguns aspectos do contexto da prova, porém, merecem atenção.

Uma questão importante é o papel que a crítica às doutrinas de Heráclito e Protágoras tem no contexto da defesa do PNC. Há divergências na literatura especializada sobre como interpretar esse papel. Alguns, como Crubelier e Zingano, consideram que as duas seções possuem objetivos distintos. Para Crubelier³⁶, os capítulos 5-6 constituem um tratamento ‘terapêutico’ das teorias adversárias e a seção refutativa fornece um tratamento ‘teórico’ do PNC. De seu lado, Zingano³⁷ entende que Γ 5-6 é um mero ‘apêndice’ ao capítulo 4. Penso que, se essas duas opiniões estão sugerindo que Aristóteles não considera que a seção terapêutica tem um papel teórico na defesa do PNC – entendo por papel teórico a função de contribuir na defesa da verdade do PNC –, então essas interpretações não estão avaliando corretamente a estratégia de Aristóteles.

De outro lado, alguns³⁸ notam que temos que avaliar essa estratégia em comparação à análise platônica de Protágoras, delineada em *Teeteto* 151-183. Nessa comparação, podemos notar a seguinte conexão. Platão mostra que a doutrina protagoreana é auto refutativa (cf. *Teeteto* 169-171) e que a doutrina heracliteana impossibilita a linguagem, inclusive a linguagem necessária à descrição do que ocorre na percepção (cf. *Teeteto* 181-183). Aristóteles usa esse material platônico para conceber um oponente dialético imaginário, que pode eventualmente negar o princípio ou reclamar uma demonstração dele³⁹, mas que poderia também ser um protagoreano convicto de que a convergência entre as ideias de Protágoras e as ideias de Heráclito é suficiente para compor a estratégia de resposta à pergunta ‘isto é um homem ou não?’. O oponente diria: ‘é e não é’, conforme a linha heracliteana mencionada antes da prova: “tudo é assim e não assim” [1006a28: (...) πᾶν ὅτιως καὶ οὐχ ὅτιως ἔχου].

³⁵ Para uma discussão especializada sobre esse tema, remeto a Angioni (1999 e 2006), Zingano (2003 e 2008), Zillig (2007) e Moreira (2015). Voltaremos a esse ponto adiante.

³⁶ Cf. Crubelier, 2008, p. 389.

³⁷ Zingano, 2003, p. 9

³⁸ Cf. Gottlieb, 1994, p. 190.

³⁹ Cf. Crubelier, 2008, 398.

Outro ponto em apoio à leitura unitária de Γ 4-6 é o fato de Aristóteles reafirmar a conclusão da defesa do PNC no final do capítulo 6⁴⁰. Aristóteles já tinha expresso a conclusão que atesta a necessidade do PNC no fim da seção elêntica, em 1007b17-18, mas em 1011b13-15 ele afirma novamente o ponto: “a mais firme de todas as opiniões é não serem verdadeiras ao mesmo tempo as enunciações opostas”. Essa conclusão pode estar sugerindo que Aristóteles vê Γ 5-6 como parte integrante da estratégia de defesa do PNC. De fato, a análise de Γ 5-6 adapta-se perfeitamente à defesa do PNC, pois é um exame crítico de fontes que poderiam informar teoricamente o oponente imaginário, caso ele ainda não esteja convencido do ponto argumentado durante a prova. Assim, entendo que não devemos separar as duas seções do objetivo central: defender o PNC.

Depois de ter concluído a primeira defesa do princípio (cf. 1006a28-1007b17) e de ter exposto a conclusão em 1007b17-18, Aristóteles se volta para o exame das teses dos pensadores que interpretam a natureza ($\phi\acute{o}\sigma\iota\varsigma$) de um modo que viola o PNC. A conclusão dessa ‘segunda defesa’, como vou chamá-la, é a que mencionamos acima, expressa em 1011b13-15, no final de Γ 6, onde Aristóteles diz que o PNC é a mais firme das opiniões.

A vinculação entre a negação do PNC e Protágoras inicia-se no texto que reproduzo a seguir.

(T3) Além do mais, se todas as contraditórias fossem ao mesmo tempo verdadeiras a respeito de uma mesma coisa, é evidente que todas as coisas seriam uma só. De fato, uma mesma coisa seria trirreme, muro e homem, se fosse possível, a respeito de tudo, ou afirmar ou negar algo, como é necessário que admitam os que sustentam o argumento de Protágoras. Pois, se a alguém lhe parece que o homem não é trirreme, evidentemente não será trirreme; por conseguinte, também o será, se, precisamente, a contraditória é verdadeira (ARISTÓTELES, *Metafísica*, 1007b18-25)⁴¹.

T3 oferece o seguinte argumento: se todas as contraditórias são verdadeiras, todas as coisas terão todos os predicados, dado que sempre será possível afirmar e negar qualquer atributo de qualquer item. O significado da posição que Aristóteles está atribuindo ao protagoreanismo nesse argumento não é evidente. Examinando o antecedente (todas as contradições são verdadeiras), Kirwan (1993) e Wedin (2003) notam que em Γ 3 o PNC tinha sido formulado como ‘não é possível algo ser

⁴⁰ Essa conclusão se apresenta sob a versão semântica do PNC, cf. Keeling, 2013, p. 78-9.

⁴¹ A tradução destas e das demais passagens da *Metafísica* – sobretudo as citadas com recuo – é de Lucas Angioni. Em: ARISTÓTELES. 2007. *Metafísica: Livros IV e VI*. Tradução, introdução e notas de L. Angioni. São Paulo: IFCH-UNICAMP. Algumas sentenças que citamos no corpo do texto foram traduzidas a partir do texto de Angioni.

simultaneamente F e não F ⁴². Assim, se Aristóteles quer refutar a posição que nega o PNC, ele deve se concentrar na contraditória, que pode ser formulada na proposição modal: *é possível algo ser simultaneamente F e não F* . No curso da argumentação refutativa, Aristóteles está argumentando com o oponente imaginário que determinados aspectos semânticos do discurso sobre as coisas nos obrigam a negar essa possibilidade. Contudo, o texto acima claramente atribui ao oponente protagoreano uma versão mais forte: ‘todas as contraditórias (ἀντιφάσεις) são verdadeiras’. Essa tese não é a contraditória do PNC, mas sua contrária. Mesmo que a refute, Aristóteles não terá provado a necessidade do PNC. De outro lado, como notou Wedin, o ponto abordado na seção elêntica já é suficiente para refutar essa versão forte, pois ela implica a versão fraca (a contraditória) e a prova elêntica teve sucesso em refutar a versão fraca. Assim, precisamos entender por que Aristóteles decidiu atribuir aos oponentes essa versão ‘virulenta’⁴³ da negação e a tomou como objeto de exame em Γ 4-6.

A sugestão que vou desenvolver nas linhas seguintes para explicar a estratégia de Aristóteles nessa parte de Γ 4 é a seguinte. Primeiro, é evidente que a argumentação de 1006a11-1007b18 constitui uma defesa geral do PNC, suficiente para que qualquer oponente, virulento ou não, admita a necessidade do princípio. Mas o que se segue a essa defesa não é um material independente dela, pois Aristóteles continua uma linha de comentário a uma possibilidade mencionada já em Γ 3 (1005b25): alguns acham que Heráclito sustentou a possibilidade de x ser simultaneamente F e não- F . Essa menção a Heráclito não indica que Heráclito é um oponente explícito, mas sugere que há uma conexão entre as ideias de Heráclito e a posição adotada pelos que pretendem negar o PNC. Assim, tendo formulado os argumentos de 1006a11-1007b18, Aristóteles continua examinando posições contrárias ao PNC dentro de um escopo mais geral de defesa.

Aristóteles tem uma estratégia para lidar com as diferenças entre o que é uma posição comum dos oponentes, as consequências de cada linha de oposição e a origem dessas teses. Assim, em 1009a15-16 ele se refere a dois “argumentos” [λόγοι] que decorrem da mesma posição. Os dois argumentos são: o argumento examinado em boa parte de Γ 4 (todas as contradições são verdadeiras) e a tese de Protágoras. Ele diz adiante que não é o mesmo modo de tratamento que se deve conceder aos defensores

⁴² Wedin, 2003, p. 108; Kirwan, 1993, 102-3.

⁴³ O termo é sugerido por McCready-Flora (2015).

desses argumentos. A proposta é que os dois λόγοι podem ser conectados a dois modos de negar o PNC: um explícito, pelos argumentos (ver 1011a9-16) e outro pela própria lógica das teses assumidas, por inferirem contradições a partir de impasses no âmbito da natureza e do sensível. Os dois modos então são a refutação, para o primeiro tipo, e a persuasão, para o segundo.

Talvez o primeiro grupo esteja sendo mencionado em 1005b25, passagem que citei acima, onde Heráclito é vinculado por alguns [τινές] à negação do PNC. Um sinal disso é a referência a 1005b25 feita em 1005b36, antes da prova elêntica. Assim, talvez a prova elêntica tenha em vista um membro desse grupo. Por outro lado, Aristóteles exime Heráclito e Protágoras de defenderem explicitamente a negação do PNC, pois em boa parte de Γ 5-6 os argumentos são voltados à crítica dos impasses e as ideias protagoreanas e heracliteanas são discutidas nesse escopo.

Essa estratégia não deve nos fazer pensar que Aristóteles vê como totalmente separados os argumentos de 1006a11-1007b18 e os argumentos desenvolvidos no diagnóstico das premissas dos oponentes. Pelo contrário. A primeira menção a Protágoras se segue imediatamente à discussão sobre a distinção entre predicados essenciais e acidentais que Aristóteles iniciou em 1007a20. Isso está num contexto em que Aristóteles não precisa mais se ater às regras estritas da prova, pois a estratégia contra os oponentes agora é diferente da estratégia adotada com o oponente imaginário da seção elêntica. De fato, embora o contexto remoto de T3 ainda seja o ponto sobre a significação, o contexto imediato é a seção 100720-b18. Nesta seção, Aristóteles introduziu uma importante análise sobre a articulação entre o PNC e a distinção entre predicação essencial e predicação acidental⁴⁴. Isso lhe permite voltar-se àquelas distinções para as quais o PNC é condição necessária, mas também permite examinar as consequências das teses que “suprimem a essência e o que era ser”⁴⁵. Protágoras e Heráclito defenderam teses que convergem nessa supressão. Mas por que tomar a tese contrária como expressão desse programa dos oponentes?

Vejamos o ponto da perspectiva da oposição entre o pensamento protagoreano e a distinção entre essência e acidente, já que essa distinção é o contexto imediato de T3. Aristóteles está sugerindo que Protágoras concebe um mundo em que a opinião é

⁴⁴ Ver Angioni, 2006, p. 67ss.

⁴⁵ Cf. Angioni, 2006, p. 67.

suficiente para a verdade de qualquer juízo, em qualquer domínio⁴⁶. De fato, conforme o argumento de Platão em *Teeteto* 152-160⁴⁷, Protágoras propõe que não há distinção entre ser e parecer. Se não há distinção entre ser e parecer, também não há distinção entre o conteúdo formulado por uma opinião e as propriedades reais dos objetos do mundo. Notemos que no contexto imediatamente anterior ao texto que estamos examinando, Aristóteles tinha sustentado que, admitido o PNC, seguem-se algumas consequências, como a de 1007a26-7: “significar essência é precisamente significar que o ser da própria coisa não é nenhum outro” (τὸ δ’ οὐσίαν σημαίνειν ἐστὶν ὅτι οὐκ ἄλλο τι τὸ εἶναι αὐτῷ). Não precisamos discutir o significado preciso do ponto introduzido por Aristóteles nesta sentença⁴⁸. É suficiente notarmos que, na conclusão da seção que argumenta a distinção entre predicação essencial e acidental, Aristóteles reafirma que a admissão de essências (*ousiai*) e a admissão irrestrita de predicados contraditórios são alternativas mutualmente excludentes (cf.1007b17-18).

Por outro lado, da perspectiva do *Teeteto*, Protágoras é vinculado a um pensamento que sugere que formas do verbo εἶναι não devem ser empregadas na descrição de qualquer objeto, propriedade ou tema. Protágoras sustenta que todas as coisas devem ser descritas com uma linguagem que seja compatível com a tese de que tudo está em “constante processo de geração” (157d8: γίνεσθαι ἀεί)⁴⁹. A posição atribuída ao sofista aqui é a possibilidade de se mover num mundo em que nenhum objeto e nenhuma propriedade possuam essências estáveis. Talvez Protágoras pense que essa linguagem o autoriza a desconsiderar o PNC, mas Aristóteles está indicando, em Γ 4, que há um preço alto para isso, pois a supressão das essências implica uma série de consequências que, provavelmente, Protágoras e os protagoreanos não perceberam⁵⁰. Assim, essa interpretação permite colocarmos T3 no seu contexto adequado.

⁴⁶ A interpretação da tese de Protágoras como a proposta de que qualquer opinião é suficiente à verdade, independentemente de fatos objetivos sobre o tema ou sobre os objetos, é mais explícita na abertura de Γ 5. Vou sugerir que essa interpretação depende da ontologia mobilista que Aristóteles já está atribuindo a Protágoras em Γ 4.

⁴⁷ Ver a seção II acima.

⁴⁸ A tradução que uso é de Angioni (2006, p. 67). Comparar com Reeve (2016, p. 56): “but to signify the substance of something is to signify that the being for it is no other thing”. Para análise, ver Angioni (2006, p. 67ss).

⁴⁹ Ver sobretudo 157b1 e 157d7-9.

⁵⁰ Cf. 1009a26-22.

Na sequência, examinemos o conseqüente do argumento de T3. Em 1007b18-20 Aristóteles afirma que a tese “todas as coisas serão uma só” (ἅπαντα ἔσται ἓν) segue-se da negação forte do PNC⁵¹. Vou chamar essa tese, com Keeling (2013), de tese do ‘objeto único’ (OU). Não é claro, inicialmente, como Protágoras poderia ser vinculado a algo tão paradoxal. Acredito que uma noção satisfatória do que Aristóteles está sugerindo deve ser elaborada tendo em vista dois contextos: (i) as teses de Γ 5-6, mas também (ii) o contexto imediato da discussão essencialista proposta em Γ 4. Essa alternativa é diferente da proposta de Wedin, que compara o texto apenas como o primeiro cenário.

Antes de sugerir minha interpretação para o conseqüente de T3, quero discutir a sugestão de Evan Keeling. Ele examina se ἅπαντα ἔσται ἓν poderia ser uma conseqüência do pensamento de Anaxágoras, pois este defende que tudo é ‘indeterminado’ no nível da natureza. Keeling rejeita essa leitura por duas razões:

(T4) Even though it would guarantee the truth of all views, it wouldn't be *because* of the belief that the belief is true. It would be simply in the nature of things. This would make Protagoras' view into a fundamentally ontological rather than an epistemic one. The second reason is that Anaxagorean indefiniteness is said to be a consequence of Protagoras' position, not a support for it. And in order to show that Protagoras is committed to Anaxagorean indefiniteness, we will have to already assume something like universal disagreement. Anaxagorean indefiniteness is quite general, and only an equally general Protagorean thesis could be said to commit one to it (KEELING, 2013, p. 90).

Tenho duas objeções à interpretação de Keeling. Primeiro, mesmo que a tese de Anaxágoras represente as conseqüências da visão adotada pelo protagoreanismo⁵², isso não permite concluir que o pensamento protagoreano não tem um fundo comum com Anaxágoras. Se esse fundo comum for a indeterminação ontológica, novamente *Teeteto* 152-160 é uma evidência útil, pois ali Protágoras é associado a uma tese sobre de identidade entre ser e aparecer como conseqüência dessa indeterminação, como vimos na seção II. Isso significa, sobretudo, que Protágoras não propõe que a opinião é suficiente para a formulação de verdades, simplesmente sem mais. Se estivesse propondo isso, seu vínculo com as doutrinas do fluxo seria totalmente ocioso⁵³. A doutrina do sofista é mais complexa. Ele defende a proposição ‘as opiniões são suficientes para o que é o caso’ como uma hipótese condicionada à verdade do

⁵¹ Cf. Kirwan, 1993, p. 102-3.

⁵² Não penso que Aristóteles está dizendo exatamente isso, mas vou ignorar esse ponto.

⁵³ Ver Borges (2012) para a defesa do papel do mobilismo na doutrina.

mobilismo heracliteano⁵⁴. Como este último, claramente, resulta na indeterminação ontológica, podemos dizer que Protágoras está tão comprometido com Anaxágoras quanto está com Heráclito. Quanto à outra razão, penso que há dois aspectos. Por um lado, de fato o texto não toma a tese de Anaxágoras como suporte da negação forte, pois em 1007b25 Aristóteles sugere que a negação forte ‘resulta’ ou ‘permite obter’ [γίγνεται]⁵⁵ a tese de Anaxágoras, mas em 1007b27 o referente de εοίκασι λέγειν⁵⁶ é o conjunto de oponentes e Protágoras, nesse aspecto, se junta aos que defendem a doutrina da indeterminação ontológica.

Vamos agora verificar como essa doutrina da indeterminação ontológica está implicada na tese de Protágoras, por meio de uma análise mais detalhada de T3. Aristóteles está sugerindo que o protagoreanismo permite que se possa passar de uma afirmação a uma negação do mesmo item, ao mesmo tempo e no mesmo sentido. Wedin notou que Aristóteles está indicando uma consequência não explícita no pensamento de Protágoras: um item terá uma propriedade se e só se ele não tiver essa propriedade⁵⁷. Parece absurdo, mas se pensarmos – como sugere Aristóteles – na consequência de se defender que qualquer afirmação pode ser imediatamente negada, o resultado é esse princípio. Isso fica ainda mais evidente na sequência de T3, interrompida depois da menção a Anaxágoras, mas retomada em 1007b29-1008a1. Neste trecho, Aristóteles continua desenvolvendo a tese (OU). Ele começa dizendo que os adversários devem admitir a afirmação e a negação a respeito de tudo. O argumento em 1007b29-1008a1 parece ser o seguinte. Na hipótese de F ser afirmado sobre x (x é homem), o oponente não estará apenas restrito à condição de assentir à verdade simultânea do seguinte par de contraditórias: ‘ x é F ’ e ‘ x não é F ’ (x é homem e x não é homem), mas deve também assumir como verdadeiras outras negações atribuídas a x , como ‘ x não é G ’⁵⁸. Aristóteles então argumenta a partir desse último ponto. Se ‘ x não é G ’ é verdadeira de x , segue-se que ‘ x é G ’ também é, pois, dada a doutrina do oponente, afirmações e

⁵⁴ Essa é a melhor hipótese explicativa para o argumento de *Teeteto* 152-160, como Burnyeat (1990, p. 7-52) mostrou.

⁵⁵ Para esse uso de γίγνεται aqui, em conexão com a tese de Anaxágoras, ver *Fédon* 72c4-5, cf. Ross (1924, p. 271).

⁵⁶ Angioni traduz como “afigura-se que se pronunciam”. Wedin também toma o sujeito de εοίκασι como “os que sustentam a negação forte do PNC (2003, p. 116, n. 3)

⁵⁷ Cf. Wedin, 2003, p. 112.

⁵⁸ O argumento tem uma série de passos intermediários que não irei descrever aqui. Para uma reconstrução mais completa, ver Wedin, 2003, p. 117-122.

negações serão sempre simultaneamente verdadeiras. A doutrina protagoreana é tomada como uma possibilidade generalizada de se mover para uma negação, se dada uma afirmação, e para uma afirmação, se dada uma negação. Keeling diz que a consequência é ainda mais radical: não é apenas a ideia de que todos os itens possuem todas as propriedades e suas negações, mas uma redução ontológica no número de itens do mundo: haverá apenas um objeto com todas as propriedades possíveis⁵⁹.

Em Γ 5, Aristóteles se volta ao argumento de Protágoras novamente, mas sob outra perspectiva.

(T6) Provém da mesma opinião também o argumento de Protágoras, e é necessário que ambos⁶⁰ sejam semelhantemente verdadeiros ou não verdadeiros. Com efeito, se tudo aquilo que se reputa e aparece ser o caso é verdadeiro, é necessário que tudo seja ao mesmo tempo verdadeiro e falso (pois muitos têm concepções contrárias entre si e consideram estar errados os que não têm as mesmas opiniões que eles próprios; por conseguinte, é necessário que uma mesma coisa seja e não seja o caso), e, se isto é assim, é necessário que seja verdadeiro tudo aquilo que se reputa ser o caso (pois os que erram e os que dizem a verdade têm opiniões opostas entre si; ora, se os entes são assim, todos hão de dizer a verdade (ARISTÓTELES, *Metafísica*, 1009a6-13).

Aqui Aristóteles sustenta aqui Protágoras defende que tudo o que é pensado é o caso. Diferentemente de vários intérpretes, eu não interpreto essa segunda abordagem de Protágoras em Γ como independente da primeira. A maioria lê a passagem como um conteúdo programático para a discussão que segue em Γ 5-6 e a contrastam com o argumento da refutação, em *Teeteto* 169-171. De fato, essa comparação oferece um excelente recurso para entendermos a proposta de Protágoras. A passagem do *Teeteto* parece ser a fonte de onde Aristóteles tirou a relação entre o conflito das opiniões e a formulação do sentido da tese. Protágoras sustenta então, na leitura de Aristóteles, que é possível que toda opinião *que p é o caso* seja negada por uma opinião *de que p não é o caso*. Assim, o conflito das opiniões seria levado a um nível de generalização para excluir, sobretudo, a possibilidade de que alguma opinião possa ser sustentada em algum contexto sem que alguém possa dar assentimento à contraditória.

Mas essa explicação é insuficiente. Não fica claro como Protágoras explica a generalização do conflito para obter a tese de que qualquer opinião poderá sempre ser negada, pois há enorme diferença entre sustentar que algumas opiniões são simultaneamente contraditórias e verdadeiras – o que, de resto, já seria suficiente para

⁵⁹ Keeling, 2013, p. 85.

⁶⁰ Ambos os argumentos, cf. 1009a16: ἀμώτεροι οἱ λόγοι. Os argumentos são (i) a tese “todas as contradições são verdadeiras” e (ii) a tese de Protágoras.

violar o PNC, mas não para postular a negação forte – e a tese de que qualquer opinião poderá ser negada. Protágoras precisa de um apoio para essa última versão, que, como Aristóteles indica, expressa uma negação forte: *todas* as contradições são verdadeiras e, portanto, segue-se (OU).

Minha sugestão para interpretar como Aristóteles retira a negação forte – a tese de que todos os objetos terão e não terão simultaneamente todas as propriedades – do protagoreanismo é, enfim, a seguinte. Temos que ler as duas passagens nas quais Aristóteles examina Protágoras como complementares. Em T3, Aristóteles mostrou que a tese ‘todas as opiniões são o caso’ é equivalente a ‘todas as contradições são o caso’ e ambas resultam em (OU). Mas T3 sugere também que Protágoras deve admitir a consequência decorrente da posição dos oponentes do PNC no argumento anterior: o colapso da distinção entre predicados acidentais e essenciais. Aristóteles define essa distinção no exemplo do ‘branco’. Enquanto atributo acidental de homem, este predicado tem um uso em contextos de predicação acidental. Mas esse uso é diferente daquilo que “precisamente” [ὄπερ] o branco é (cf. 1007a31-33). Aristóteles mostra em T3 que, ao colapsar essa distinção, Protágoras – e todos os que adotam a tese da co-presença de opostos no mundo sensível, posição cujo núcleo é criticado em Γ 5-6 – se compromete com uma consequência ontológica ainda mais paradoxal. Todas as coisas serão uma só (ἕν).

O termo ‘ἕν’ é crucial nos dois argumentos, mas o sentido não é o mesmo. No primeiro uso, na expressão ‘σημαίνειν καθ’ ἐνός’, ‘ἕν’ indica um tipo de unidade de referência que todo predicado requer, no sentido de que o termo predicado é conectado a um sujeito na predicação. Como assinala Angioni, essa operação é trivial na predicação, pois todo predicado pretende “dizer algo a respeito de seu sujeito”⁶¹. Nessa linha, não há predicação sem uma operação de significação ‘καθ’ ἐνός’. Mas Aristóteles insistiu, contra o oponente, que isso não esgota a significação. Há uma classe de predicados chamados ‘essenciais’ cuja compreensão requer a mobilização de outra operação: ‘σημαίνειν ἕν’. Essa distinção é objeto de polêmica na literatura especializada, mas não precisamos nos aprofundar no tema. Basta assinalar que uma interpretação tentadora seria relacionar o termo ‘ἕν’ com a tese (OU) do texto T3 no mesmo sentido: a negação forte do PNC implica que “todas as coisas serão uma só” [ἅπαντα ἔσται ἕν]. Penso que o paralelo com ‘καθ’ ἐνός’ pode e deve ser traçado, já que

⁶¹ Angioni, 2006, p. 59.

o próprio Aristóteles sugere isso na abrupta passagem à discussão de Protágoras em T3, mas temos que interpretar o sentido de ‘ἔν’ de forma diversa em T3: é uma unidade numérica, uma quantificação no mundo das coisas. Na mesma operação, devemos ampliar o escopo de ἅπαντα de forma a abarcar todos os objetos e temas que possivelmente podem ser objeto de um juízo, conforme a proposta de Protágoras. Nessa perspectiva, a lição de Aristóteles no argumento que introduz o essencialismo, no contexto da prova, serve de excelente ponto de partida para o exame dos pensadores da natureza. Trata-se então de mostrar, por um lado, quais são as consequências semânticas da tese da indeterminação de todas as coisas. De outro, trata-se de indicar as consequências ontológicas e doxásticas com as quais Heráclito e Protágoras estão comprometidos.

Nessa perspectiva, o exame de Protágoras em T5 tem o seguinte propósito. Tendo mostrado que Protágoras está comprometido com uma tese sobre a indeterminação ontológica de todas as coisas, Aristóteles se volta para o núcleo da tese protagoreana mais uma vez, mas agora para examinar as consequências doxásticas da negação do PNC. T5 mostra que a tese protagoreana implica que não é o estado de coisas ou o vínculo real da propriedade a um objeto que informa a opinião sobre o objeto, mas é a opinião que cria o estado de coisas e estabelece as propriedades do objeto⁶².

Depois de explicar a tese protagoreana, Aristóteles faz um diagnóstico da fonte desses dois aspectos do protagoreanismo⁶³. Em 1010a1-3 ele diz que o ‘λόγος’ de Protágoras deriva de certa ‘visão da realidade’ [τὰ ὄντα] bastante restrita: realidade é o domínio das coisas sensíveis, isto é, o domínio do *é* que indefinido [ἀορίστον]⁶⁴. Assim, Aristóteles formula (M) como uma proposição derivada da indeterminação inerente ao sensível. Para Aristóteles, como para Platão, Protágoras se compromete com uma visão

⁶² Para outra opção, ver Wedin (2003, p. 103). Ele rejeita a leitura que adotamos por achar que uma interpretação do ponto deve poder explicar como ‘tudo’ possui todas as propriedades, não apenas como o conjunto de objetos e propriedades do âmbito das *doxai* as possui. Claramente, Wedin, ignora o efeito causal do mobilismo e a sugestão de Aristóteles de que Protágoras se compromete com o colapso da distinção entre essências e acidentes.

⁶³ Cf. Politis, 2004.

⁶⁴ “ἀπὸ τῆς αὐτῆς δόξης”, na linha 1009a6, não se refere à opinião de negar o PNC, mas à opinião retomada em 1010a1-3: tudo o que existe se reduz ao domínio sensível, no qual está presente a natureza do indeterminado [τοῦ ἀορίστον]. Gottlieb (1994, p. 192) propôs uma distinção entre o fluxo e a indeterminação inerente aos sensíveis, mas ainda não estou seguro se essa diferença pode ser defendida. Um tratamento adequado desse aspecto, no *Teeteto*, está em Hestir, 2016, p. 57-83.

reducionista da realidade, de acordo com a qual somente o que é experimentado e conhecido no âmbito sensível é o caso⁶⁵.

Do ponto de vista ontológico, Aristóteles sugere que a causa, entendida como o elemento responsável [1010a1: αἴτιον] pela articulação da doutrina protagoreana, é uma proposição reducionista sobre a co-presença de atributos contrários no mundo sensível. Como se vê, o elemento primitivo, no sentido fundacional da doutrina, é uma proposição ontológica equivalente à sugestão de *Teeteto* 152-160. Precisamos examinar, contudo, se Aristóteles de fato sugere que Protágoras pode ter buscado uma saída da violação do PNC numa versão não heracliteana de relativismo⁶⁶. Penso que essa possibilidade não encontra respaldo nos limites de Γ , mas isso é assunto para outro comentário.

Anderson de Paula Borges
Universidade Federal de Goiás

Referências Bibliográficas

- Angioni, L. 1999. Princípio de Não-Contradição e Semântica da Predicação em Aristóteles, *Analytica*, vol. 4, n. 2,
- Angioni, L. 2006. *Introdução à Teoria da Predicação*. Campinas: Editora Unicamp.
- Angioni, L. 2007. *Metafísica de Aristóteles: livros VII-VIII*. Tradução. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Boghossian, P. 2012. *Medo do Conhecimento: Contra o Relativismo e o Construtivismo*. São Paulo: editora Senac.
- Borges, A. P. 2012. Fluxo e Infalibilismo em *Teeteto* 151-160, *Journal of Ancient Philosophy*, vol. 6, nº 2, 1-30.
- Bostock. D. 1988. *Plato's Theaetetus*. Oxford, OUP

⁶⁵ Para as implicações lógicas desse reducionismo, na visão de Aristóteles, ver sobretudo Wedin, 2004, p. 216ss.

⁶⁶ A interpretação relativista da tese (M) é introduzida por Aristóteles somente em Γ 6, 1011a17-24. Ver Politis (2004) e McCready-Flora (2015).

- Burnyeat, M. F. 1976. Protagoras and Self-Refutation in Later Greek Philosophy, *Philosophical Review* 84, 44-69.
- Burnyeat, M. F. *The Theaetetus of Plato*. 1990. Indianapolis-Cambridge: Hackett.
- Cassin, B., & Narcy, M. (ed.). 1989. *La décision du Sens: Le livre Gamma de la Métaphysique d'Aristote*. Introduction, texte, traduction et commentaire. Paris: Vrin.
- Code, A. 1986. Aristotle's Investigation of a Basic Logical Principle: Which Science Investigates the Principle of Non-Contradiction? *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 16, N. 3, 341-357.
- Cornford, F. M. 2003 [1935]. *Plato's Theory of Knowledge*. Mineola-NY: Dover,
- Crubelier, M. 2008. *La Tactique Argumentative de Métaphysique Gamma 3-6*. Em: Stevens, A., 2008, p. 379-402.
- Duke, E. A. et al. (eds). 1995. *Platonis Opera: volume I*. Oxford, OUP.
- Erginel, M. 2009. Relativism and Self-Refutation in the *Theaetetus*, *Oxford Studies in Ancient Philosophy* 36: 1-45.
- Gottlieb, P. 1994. The Principle of Non-Contradiction and Protagoras: The Strategy of Aristotle's *Metaphysics IV 4*, *Proceedings of the Boston Area Colloquium in Ancient Philosophy*, vol. 8, 183-209.
- Hestir, B. 2016. *Plato on the Metaphysical Foundation of Meaning and Truth*. New York-Cambridge: CUP.
- Irwin, T. 1988. *Aristotle's First Principles*. Oxford-New York, OUP.
- Keeling, E. 2013. Aristotle, Protagoras, and Contradiction, *Journal of Ancient Philosophy*, v. 7, n. 2, 75-99.
- Kirwan, C. 1993. *Aristotle's Metaphysics Books Γ, Δ, and* Oxford-New York: Clarendon Press.
- Lee, M-K. 2005. *Epistemology After Protagoras: Responses to Relativism in Plato, Aristotle, and Democritus*. Oxford: OUP.
- McCready-Flora, I. 2015. Protagoras and Plato in Aristotle: Rereading the Measure Doctrine, *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, vol. 49, 71-127.
- McDowell, J. 1973. *Plato: Theaetetus*. Oxford: OUP.
- Moreira, V. C. 2015. Observações Sobre a Estrutura da Significação em *Metafísica Γ 4*, *Journal of Ancient Philosophy*, vol. 9, n. 1, 22-40.
- Polansky, R. M. 1992. *Philosophy and Knowledge: A Commentary on Plato's Theaetetus*. Lewisburg: BUP.
- Politis, V. 2004. *Aristotle and the Metaphysics*. London-New York: Routledge.
- Reeve, C. D. C. 2016. *Aristotle Metaphysics*. Indianapolis-Cambridge.
- Ross, W. D. 1924. *Aristotle: Metaphysics Volume I, A Revised Text With Introduction and Commentary*. Oxford, Clarendon.
- Rowe, C. 2015. *Plato: Theaetetus and Sophist*. Cambridge: CUP.
- Sayre, K., *Plato's Analytic Method*. Chicago-London, UCP: 1969
- Stevens, A. (org). 2008. *Aristote. Métaphysique Gamma: Édition, Traduction, Études*. Introduction, texte grec et traduction par M. Hecquet-Devienne. Louvain-la-Neuve: Peeters.
- Van Ophuijsen, J. M, Van Raalte, M. & Storck, P. (eds.) 2013. *Protagoras of Abdera: the man, his measure*. Leiden-Boston, Brill.

- Waterlow, S. 1977. Protagoras and Inconsistency: Theaetetus 171a6-7, *Archiv fur Geschichte der Philosophie*, 59, 19-36
- Wedin, M. 2003. A Curious Turns in Metaphysics Gamma: Protagoras and Strong Denial of the Principle of Non-Contradiction, *Archiv fur Geschichte der Philosophie*, 85, 107-130.
- Wedin, M. 2004. On the Use and Abuse of Non-contradiction: Aristotle Critique of Protagoras and Heraclitus in Metaphysics Gamma 5. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, vol. 26, 213-239.
- Zillig, R. 2007. Significação e Não Contradição: o Papel da Noção de Significação na Defesa do Princípio de Não Contradição, *Analytica*, v. 11, n. 1, 107-126.
- Zillioli, U. 2013. Protagoras Through Plato and Aristotle: A Case for the Philosophical Significance of Ancient Relativism. Em: Van Ophuijsen, J. M, Van Raalte, M. & Storck, P. (eds.), 2013, p. 233-258.
- Zingano, M. 2003. Notas Sobre o Princípio de Não Contradição em Aristóteles, *Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Série 3, Vol. 13, nº 1*, 7-32.
- Zingano, M. 2005. Sobre a Metafísica de Aristóteles: Textos Seleccionados. São Paulo: Odysseus.
- Zingano, M. 2008. Sêmeinein hen, sêmeinein kath' henos et la preuve de 1006b28-34. Em: Stevens, A., 2008, p. 303-421.